



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

CMDCA - NOVA FÁTIMA
PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA
PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - EDITAL Nº 001/2019
DATA DA PROVA: 01/06/2019 - MANHÃ

FUNÇÃO:
CONSELHEIRO TUTELAR
(NÍVEL MÉDIO)

Conhecimentos Específicos: 01 a 30.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 3 (três) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta e o caderno de provas deverão ser devolvidos ao fiscal da prova.
13	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
14	Ao final do tempo destinado à realização da prova, em cada sala será obrigatória a saída simultânea dos 03 (três) últimos candidatos, os quais deverão entregar seus cartões-resposta e o caderno de provas e assinar a ata de encerramento de aplicação da prova.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES 01 A 30 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. Considera-se criança:

- a) A pessoa até doze anos de idade completos.
- b) A pessoa até treze anos de idade incompletos.
- c) A pessoa até doze anos de idade incompletos.
- d) A pessoa até treze anos de idade completos.

02. A respeito das pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade, é CORRETO afirmar que:

- a) Aplica-se integralmente o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- b) Não se aplica o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- c) Aplica-se excepcionalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, nos casos expressos em lei.
- d) Não se aplica o Estatuto da Criança e do Adolescente, exceto no que diz respeito aos direitos fundamentais.

03. O direito à liberdade da criança e do adolescente NÃO compreende o seguinte aspecto:

- a) Opinião e expressão.
- b) Autodeterminação.
- c) Brincar, praticar esportes e divertir-se.
- d) Buscar refúgio, auxílio e orientação.

04. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante. O castigo físico consiste em:

- a) Conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ameace gravemente, ou ridicularize.
- b) Qualquer forma de correção, disciplina ou educação que gere medo.
- c) Ação disciplinadora apta a produzir temor reverencial.
- d) Ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão.

05. O agente público executor de medida socioeducativa que utilizar castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção:

- a) Não estará sujeito à sanção, vez que a natureza de seu ofício pressupõe o uso de tais medidas.
- b) Poderá ser encaminhado a tratamento psicológico ou psiquiátrico, com prejuízo de outras sanções.
- c) Poderá ser advertido pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.

d) Será imediatamente encaminhado à Delegacia de Polícia, sujeitando-se à prisão preventiva.

06. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de:

- a) 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- b) 24 (vinte e quatro meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- c) 12 (doze meses), ainda que comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- d) 12 (doze meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

07. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento:

- a) Será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.
- b) Será dissuadida da ideia, em razão do melhor interesse do nascituro.
- c) Será encaminhada ao abrigo institucional mais próximo.
- d) Será encaminhada ao Ministério Público da Comarca.

08. Assinale a alternativa CORRETA, a respeito da adoção.

- a) A adoção é medida excepcional e revogável.
- b) O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- c) Admite-se adoção por procuração, desde que seja por meio de instrumento público lavrado em Tabelionato de Notas.
- d) Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, desde que casados.

09. O adolescente com 16 anos completos que pretenda viajar:

- a) Deverá obter autorização judicial para viajar desacompanhado dos pais nas viagens nacionais.
- b) Poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhado dos pais e independentemente de autorização judicial, desde que dentro do território nacional.

c) Não poderá viajar desacompanhado dos pais ou responsáveis legais.

d) Poderá viajar para fora do país, ainda que não esteja acompanhado dos pais, independentemente de autorização judicial.

10. O acolhimento institucional de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente:

a) Não é possível, uma vez que a autorização judicial constitui requisito indispensável.

b) Trata-se de algo rotineiro, não havendo necessidade de comunicações ou formalidades.

c) Será possível apenas excepcionalmente e havendo urgência, sendo indispensável, ainda, a comunicação, em até 24 (vinte e quatro) horas, ao Juiz da Infância e Juventude, sob pena de responsabilidade.

d) É possível não só nos casos de urgência, mas também nas hipóteses extraordinárias, sendo imprescindível a realização de comunicação ao Ministério Público.

11. As entidades de atendimento serão fiscalizadas:

a) Pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

b) Apenas pelo Ministério Público.

c) Apenas pelo Poder Judiciário.

d) Apenas pelos Conselhos Tutelares.

12. São princípios que regem a aplicação das medidas de proteção, EXCETO:

a) Condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

b) Proteção integral e prioritária.

c) Interesse superior da criança e do adolescente.

d) Intervenção máxima.

13. As medidas de proteção de que trata Estatuto da Criança e do Adolescente serão acompanhadas da regularização do registro civil. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) Os registros e certidões necessários à regularização de que trata este artigo são isentos de multas, custas e emolumentos, mas não gozam de prioridade.

b) Verificada a inexistência de registro anterior, o assento de nascimento da criança ou adolescente será postergado, até que sejam apresentados os documentos necessários.

c) São gratuitas, a qualquer tempo, a averbação requerida do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento e a certidão correspondente.

d) Os registros e certidões necessários à inclusão, a qualquer tempo, do nome do pai no assento de nascimento não são isentos de multas, custas e emolumentos, caso provada a negligência da genitora.

14. Considera-se ato infracional:

a) Somente a conduta descrita como crime.

b) Somente a conduta descrita como contravenção penal.

c) A conduta tipificada como infração administrativa ou civil.

d) A conduta descrita como crime ou contravenção penal.

15. Acerca do Regime de Semi-liberdade, assinale a alternativa CORRETA.

a) São facultativas a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

b) Não pode ser determinado desde o início, tampouco presta como forma de transição para o meio aberto.

c) A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

d) Pode haver realização de atividades externas, desde que haja autorização judicial.

16. O Conselho Tutelar:

a) É órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

b) É órgão transitório e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

c) É autarquia permanente e autônoma, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

d) É órgão permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

17. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá:

- a) No mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- b) No mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 4 (quatro) membros, escolhidos pela população local para mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução.
- c) No mínimo, 2 (dois) Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da administração pública local, compostos de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- d) No máximo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 4 (quatro) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

18. São atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:

- a) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- b) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente
- c) Determinar o cancelamento, a retificação e o suprimento dos registros de nascimento e óbito.
- d) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

19. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar:

- a) Afastará, de imediato, a criança ou adolescente do convívio familiar.
- b) Ingressará com a competente ação judicial na Vara da Infância e Juventude.
- c) Comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.
- d) Representará ao Juiz da Infância e Juventude, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

20. Assinale a alternativa INCORRETA, a respeito do processo de escolha dos conselheiros tutelares.

- a) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.
- b) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.
- c) A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- d) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, exceto brindes de pequeno valor.

21. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

- a) Aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.
- b) Processar e julgar ação penal pública em que figura como réu pessoa incapaz.
- c) Conhecer de pedidos de conversão de união estável em casamento quando envolver menor.
- d) Promover o arquivamento dos autos de apuração de ato infracional atribuído a adolescente.

22. A participação de criança e adolescente em certames de beleza:

- a) É proibida, uma vez que expõe a criança e o adolescente à situação vexatória.
- b) Depende, sempre, de autorização judicial.
- c) Deve observar os parâmetros constantes em portaria emanada da autoridade judicial ou os termos do alvará judicial.
- d) É permitida, livremente, uma vez que são direitos fundamentais da criança e do adolescente a liberdade da criação artística e o acesso às fontes de cultura.

23. Sobre o procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início de ofício, independentemente de provocação.
- b) É facultativa a oitiva dos pais, mesmo se eles forem identificados e estiverem em local conhecido.

c) A sentença que decretar a perda ou a suspensão do poder familiar não será averbada à margem do registro de nascimento da criança ou do adolescente, a fim de preservar o direito fundamental à identidade genética.

d) O prazo máximo para conclusão do procedimento será de 120 (cento e vinte) dias, e caberá ao juiz, no caso de notória inviabilidade de manutenção do poder familiar, dirigir esforços para preparar a criança ou o adolescente com vistas à colocação em família substituta.

24. No procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental:

a) Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.

b) O dirigente da entidade será citado para, no prazo de cinco dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

c) Antes de aplicar qualquer das medidas, a autoridade judiciária deverá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo será extinto, sem julgamento de mérito.

d) Eventual multa não poderá ser imposta ao dirigente da entidade ou programa de atendimento.

25. Compete ao Ministério Público:

a) Disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo.

b) Instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.

c) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

d) Prever recursos no orçamento para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

26. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento:

a) Não constitui crime, nem infração administrativa.

b) Constitui crime, salvo se o ato for praticado pelos pais com intuito de educar.

c) Constitui crime, com pena de reclusão de dois a seis anos.

d) Constitui crime, com pena de detenção de seis meses a dois anos.

27. Impedir ou embaraçar a ação de membro do Conselho Tutelar, no exercício de função prevista no Estatuto da Criança e Adolescente:

a) Constitui crime, com pena de reclusão de dois a quatro anos.

b) Constitui crime, com pena de detenção de seis meses a dois anos.

c) Constitui mera infração administrativa.

d) Não constitui crime, nem infração administrativa, mas sujeita o responsável às eventuais ações indenizatórias.

28. O fato de o sujeito armazenar em seu aparelho celular foto de cena pornográfica envolvendo criança:

a) Não será considerado crime, se ficar provado que ele não participou do ato.

b) Só restará caracterizada a infração penal se o indivíduo compartilhar com outras pessoas.

c) É crime com pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

d) É crime e a circunstância de o indivíduo possuir apenas 1 (uma) foto não acarreta qualquer consequência na fixação da pena.

29. As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes:

a) Deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

b) Poderão ser livremente comercializadas, em respeito ao princípio da livre iniciativa.

c) Deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo, somente quando se tratar de mensagens pornográficas ou obscenas.

d) Poderão ser comercializadas mediante autorização da autoridade competente.

30. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, EXCETO:

a) Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

b) Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

c) Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

d) Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

Divulgação do Gabarito Preliminar às 17 horas do dia 02/06/2019.